

**ATA**

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e catorze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores – Amadeu Artur Matos Portilha, Adelina Paula Mendes Pinto, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Paula Cristina dos Santos Oliveira, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Não compareceu o Vereador Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, cuja falta foi considerada justificada. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----**INTERVENÇÕES**-----

1 – Vereadora Maria Helena Soeiro – a) – Leu, em voz alta, um documento sobre a Feira Semanal das Taipas solicitando que o seu teor, que a seguir se transcreve, ficasse registado em ata: “*A Junta de Freguesia de Caldelas debate-se, desde há bastante tempo, com uma dificuldade que tem vindo a assumir proporções preocupantes. A feira semanal das Taipas é sobejamente conhecida por ser a maior do concelho, sendo procurada não só pelos habitantes da vila como, também, por visitantes oriundos das freguesias vizinhas e até mesmo dos concelhos mais próximos. Toda esta afluência é sustentada pela afluência de um número significativo de comerciantes, o que poderia indiciar uma fonte de receita considerável para a junta de freguesia mas, paradoxalmente, tem vindo a constituir-se como um problema. De*

facto, se a maioria dos feirantes paga regular e pontualmente a taxa devida pela ocupação do espaço, o mesmo não se verifica relativamente a um grupo de comerciantes que permanece em situação de incumprimento semana após semana. Deste modo, gera-se uma situação de injustiça perante os feirantes cumpridores que, compreensivelmente, se sentem lesados, uma vez que a feira decorre num recinto aberto e a junta de freguesia se sente impotente para impedir a ocupação dos espaços por parte dos feirantes que reincidem no incumprimento. As tentativas de resolução do problema através da renegociação dos montantes em dívida e da contratação dos serviços de uma empresa de segurança privada, para além de se revelarem infrutíferas, despoletaram uma série de ameaças à integridade física dos agentes de segurança e dos próprios funcionários da junta de freguesia. A Junta de Freguesia tem-se empenhado na procura de uma solução eficaz e definitiva e, neste sentido, solicitou, por diversas vezes, quer em contactos informais, quer através dos meios oficiais, a presença de agentes da Polícia Municipal no recinto da feira, de molde a dissuadir os comportamentos já referidos mas, até à data, tal pretensão não foi atendida, apesar de ter sido repetidamente expressa, por parte da câmara municipal, vontade de resolver o problema. Pretendemos, portanto, compreender quais os entraves que poderão estar na base do impasse que se tem verificado na resolução desta situação que, do nosso ponto de vista, é prejudicial não só para os habitantes da Vila das Taipas como, também, para todos os munícipes do concelho de Guimarães.” -----

2 – Vereador André Coelho Lima – Perguntou quais eram os critérios da Autarquia para as homenagens que tem prestado às equipas desportivas dos clubes do Concelho que se têm



distinguido em diferentes modalidades, fazendo alusão ao Moreirense Futebol Clube que se sagrou Campeão da II Liga, não tendo sido, contudo, recebido no Salão Nobre do Município. -----

3 – Vereador José Torcato Ribeiro – a) - Referiu que não tinha obtido resposta a um requerimento sobre as obras no açude junto ao túnel da Circular Urbana na Veiga de Creixomil; **b)** – Sobre o anúncio do encerramento de três escolas no concelho de Guimarães, referiu que os esforços que têm sido feitos para contrariar a situação não têm surtido qualquer efeito, manifestando especial preocupação pelo anunciado encerramento da EB1 de Gonça. Perguntou, ainda, se o Ministério da Educação tinha alterado os ratios de 21 para 26 alunos para legitimar o fecho da escola de Gonça e se o Ministério da Educação reuniu com a Câmara Municipal tendo em vista uma tomada de posição. Quis saber, igualmente, se a solução encontrada para os alunos de Gonça é melhor do que a que a existente e se as escolas de acolhimento oferecem melhores condições do que as que vão fechar, questionando também sobre a distância que os alunos terão de passar a percorrer. Por último, quis saber se a decisão tomada foi de encontro ao parecer emitido pela Câmara Municipal; **c)** – Manifestou uma preocupação ideológica e nacional que tem que ver com o anúncio do Governo para a criação da comissão de acompanhamento da privatização da Empresa Geral de Fomento – EGF. Disse que, de acordo com a notícia publicada no Diário Económico, existem 7 candidatos na corrida à privatização da referida empresa sendo que em meados de junho o Grupo Águas de Portugal, principal acionista da EGF, anunciou que só 12 dos 174 municípios abrangidos pelo sistema aceitaram exercer o direito de alienação das participações sociais que detêm no capital das entidades gestoras dos sistemas multimunicipais de recolha e

tratamento de resíduos. Disse, ainda, que a EGF é responsável pela recolha, transporte, tratamento e valorização de resíduos através de 11 empresas de norte a sul do país nas quais estão representados municípios que criticam duramente o processo de privatização. Continuou, referindo que em notícia publicada no mesmo Diário Económico foi anunciado que os Municípios de Águeda, Guimarães, Fafe, Santo Tirso e Vizela aceitaram vender as participações nas respetivas entidades gestoras de sistemas multimunicipais, contrastando, assim, com a oposição à privatização da EGF que tem sido manifestada por outros autarcas socialistas, apontando como exemplo o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. Por fim, manifestou preocupação pelo facto de a Câmara Municipal de Guimarães ter sido mencionada neste núcleo reduzido de intenção de alienar a participação acionista nas empresas em questão, perguntando se a notícia correspondia à verdade. -----

4 – Vereador Amadeu Portilha – a) – Sobre a Feira das Taipas, explicou que é integralmente gerida pela Junta de Freguesia de Caldelas no âmbito de um instrumento de delegação de competências celebrado entre aquela entidade e a Câmara Municipal, arrecadando a Junta de Freguesia as receitas provenientes das respetivas taxas. Disse que o acesso ao recinto da feira é apenas um dos problemas existentes, referindo algumas diligências já tomadas junto da referida Junta de Freguesia no sentido de organizar convenientemente a feira semanal, com o objetivo de anular ou minimizar alguns problemas que se verificam. Disse que a solução deverá passar pela vedação do espaço, visto que quer os agentes da GNR, quer o corpo de segurança privada não conseguiram resolver o problema. Acrescentou que a atuação da Polícia Municipal não resolveria a



questão uma vez que aquelas entidades (GNR e segurança privada) não tinham conseguido solucionar os problemas. Por último, disse que a vedação do espaço é da competência da Junta de Freguesia de Caldelas enquanto entidade gestora da feira semanal que auferes as receitas provenientes da cobrança das taxas respectivas; **b)** - Sobre as homenagens aos clubes desportivos, disse que a Câmara Municipal deve receber no seu Salão Nobre os clubes desportivos que conquistem um título desportivo fora do comum, ou seja, serem campeões da sua divisão principal, acrescentando que o Moreirense Futebol Clube já foi 3 vezes Campeão Nacional da II Liga. -----

5 – Vereadora Adelina Paula Pinto - Sobre o encerramento das escolas informou que não havia nenhuma alteração legal, mantendo-se o encerramento dos estabelecimentos de ensino com menos de 21 alunos. Disse que no passado mês de abril a Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares fez uma proposta que implicava a manutenção do encerramento das escolas de Rendufe e Souto S. Salvador, bem como o fecho das EB1 de Gonça, Leitões, Atães (Chã de Bouça), Souto Santa Maria e Jardim de Infância de Souto Santa Maria, ao que a Autarquia contrapôs que todas reuniam condições para continuar abertas, nomeadamente por terem mais de 21 alunos. Disse, ainda, ter sido solicitado ao Ministério da Educação o prazo de um ano para rever a carta educativa para, assim, ser o Município a apresentar, de forma proactiva, as soluções de encerramento, tendo em conta a nova configuração administrativa e o reordenamento da rede escolar. Admitiu que o encerramento da EB1 de Gonça e o encaminhamento dos seus alunos para o Centro Escolar de S. Torcato estava previsto na carta escolar, lembrando que este documento data de 2006, encontrando-se, assim, desatualizado.

Disse, ainda, que aquele documento apontava o fecho da EB1 de Gonça já no ano de 2011, em que previsivelmente teria 18 alunos, acabando a realidade por contrariar as projeções, pois registou-se um aumento do número de alunos matriculados naquele estabelecimento de ensino, sendo neste momento de 33. Disse, ainda, que a freguesia de Gonça se situa na extremidade do concelho com um área territorial muito grande, com todas as dificuldades que isso implica em termos de transporte de alunos. Por último, informou que a Câmara Municipal continuará a pugnar para que a EB1 de Gonça se mantenha aberta no próximo ano letivo, alegando que a revisão, em curso, da carta educativa do concelho irá sustentar uma decisão sobre o que fazer em função dos dados atualizados e das novas realidades. -----

6 – Presidente da Câmara – Sobre as intervenções feitas, esclareceu: **a)** - Ainda quanto ao encerramento das escolas, disse que entendia que o Governo não estava a cumprir o que a lei determina, concretamente no que respeita à EB1 de Gonça, pelo que a Câmara Municipal irá interpor recursos judiciais nomeadamente providências cautelares. Acrescentou, a propósito, que, do seu ponto de vista, o Centro Escolar é a melhor opção por ter melhores condições para os alunos, compreendendo, contudo, a posição dos pais e encarregados de educação que pensam de forma diferente; **b)** – Sobre as homenagens aos clubes desportivos pelos êxitos alcançados, começou por informar que contactou o Presidente do Moreirense Futebol Clube no sentido de ser recebido no Edifício dos Paços do Concelho. Acrescentou que se os clubes quiserem ser recebidos na Câmara Municipal pela questão emocional e simbólica e o solicitarem sê-lo-ão, tal como transmitiu, ao tempo, ao Presidente do Moreirense Futebol Clube; **c)** - Sobre as obras no açude junto ao túnel da Circular Urbana na



Veiga de Creixomil disse fazer parte da empreitada de regularização da Ribeira de Couros, estando a ser cumprido escrupulosamente o respetivo projeto, pelo que disponibilizou os Técnicos dos Serviços do Departamento de Obras Municipais para pleno esclarecimento das dúvidas suscitadas pelo Vereador José Torcato Ribeiro; **d)** - Sobre a EGF esclareceu que este assunto tem sido tratado no âmbito da Associação de Municípios do Vale do Ave, em que os Municípios associados deliberaram, por unanimidade, instaurar uma ação judicial para reconhecimento do direito de rescisão contratual com a RESINORTE por manifesta alteração das condições contratuais acordadas quando as Autarquias aderiram àquela entidade gestora do sistema multimunicipal de tratamento de resíduos, esclarecendo que a adesão à RESINORTE tinha por base um modelo económico com um horizonte de 20 anos, pelo que as Autarquias em causa consideram sentir-se enganadas. Fundamentou, ainda, a decisão de vender as participações pelo facto de esta se apresentar como a melhor solução, uma vez que o preço proposto poderia vir a ser inferior em fases posteriores, condicionando a permanência na empresa privatizada, na qual, se de maioria de capital privado, não é do interesse nem aconselhável o Município estar na estrutura acionista. -----

-----**INFORMAÇÕES**-----

O Presidente da Câmara informou não ter obtido, ainda, resposta à exposição enviada a 16 de abril de 2014 ao Ministro da Saúde relativamente à Portaria n.º 82/2014 que classifica no Grupo I o Centro Hospitalar do Alto Ave. -----

De seguida, o Presidente da Câmara submeteu à consideração dos presentes a votação de um Voto de Louvor à Equipa de Juniores B/Juvenis do Vitória Sport

Clube, bem como ao Clube Desportivo Xico Andebol, de acordo com os textos que a seguir se transcrevem: -----

VOTO DE LOUVOR - EQUIPA DE JUNIORES B/JUVENIS DO VITÓRIA SPORT CLUBE

– Presente a seguinte proposta: “A equipa de Juniores B/Juvenis do Vitória Sport Clube sagrou-se Campeã Nacional de Futebol nesse escalão, no passado dia 15 de junho, vencendo a fase final do seu campeonato em disputa direta com Sporting, Benfica e FC Porto. Tal êxito, que na história do clube se sucedeu aos títulos de campeão nacional em Juniores em 1991 e de Iniciados em 1996, é o primeiro alcançado no escalão de Juvenis e testemunha o grande investimento e o mérito do trabalho realizado no Futebol de Formação do Vitória Sport Clube, reconhecidamente considerado uma das melhores escolas de formação em Portugal. O título alcançado sucede num tempo em que o Vitória Sport Clube prossegue uma política de gestão desportiva muito assente no aproveitamento da sua formação, pelo que este resultado vem reforçar e estimular a prossecução da mesma política. A massa associativa do Vitória, e uma significativa parte da população vimaranense, acompanhou com o maior interesse os jogos realizados, manifestando-se de forma efusiva quando se confirmou o êxito alcançado. Assim, proponho que a Câmara Municipal aprove um voto de louvor ao Vitória Sport Clube pelo título alcançado.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

VOTO DE LOUVOR - CLUBE DESPORTIVO XICO ANDEBOL – CAMPEÃO NACIONAL DA II DIVISÃO

– Presente a seguinte proposta: “O Clube Desportivo Xico Andebol sagrou-se Campeão Nacional da II Divisão, em Andebol, no passado dia 14 de Junho e assegurou o regresso à I Divisão da modalidade na próxima época. O êxito alcançado permitirá que Guimarães volte a marcar



presença nos principais campeonatos desportivos das modalidades mais praticadas em Portugal: Futebol Andebol, Basquetebol, Voleibol. O Clube Xico Andebol é um clube que sucedeu ao histórico Desportivo Francisco de Holanda e que prossegue uma prática desportiva sustentada nos escalões de formação, nos quais dezenas de jovens vimaranenses iniciam a sua prática na modalidade, constituindo uma escola de referência do Andebol em Portugal. A atual Direção do Clube Desportivo Xico Andebol tem prosseguido um programa de sustentabilidade do clube, para o qual este título muito contribuirá e reforçará. Por todas estas razões, proponho que a Câmara Municipal aprove um voto de louvor ao Clube Desportivo Xico Andebol, extensivo a todos os seus atletas, técnicos, dirigentes e associados.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

I. Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 20 de junho de 2014, que aprovou a abertura do concurso para execução da obras “Trilhos e Caminhos – Veiga de Creixomil”, de acordo com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “**1.** Atenta a necessidade de executar a obra de: Trilhos e Caminhos – veiga de Creixomil, submete-se à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar. **2.** Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respetivo preço contratual não deverá exceder €509.134,00 + IVA, a satisfazer pela dotação 2.4.6.28 do Plano Plurianual de Investimentos. **3.** Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do Decreto-Lei nº 18/08 de 29 de Janeiro (CCP), alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 278/09 de 2 de

Outubro) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, propõe-se a adoção de um concurso público sem anúncio no JOUE, ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do CCP. **4.** Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca no Programa de Procedimento: Fixação do preço base em €509.134,00 + IVA; Fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar de 90 dias; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; **5.** Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efetivos - a) Presidente: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão de Empreitadas; b) Vogal: Artur Corte Real – Chefe de Divisão de Estudos e Projetos; c) Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida - Chefe de Divisão Administrativa. Suplentes - a) Vogal: Joaquim Josias Silva Antunes Almeida de Carvalho – Diretor do Departamento de Obras Municipais; b) Vogal: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier – Diretora do Departamento de Administração Geral. É designado para secretariar o júri: Silvana Leite Torres Peixoto – A Coordenadora técnica do Departamento de Obras Municipais. **6.** Para aprovação de Erros e Omissões, propõe-se que o júri do procedimento tenha competências para a sua aprovação, desde que não seja alterado o preço base e o prazo de execução.” -----

II. Dos ofícios da Assembleia Municipal números 96 a 109 que comunicam a aprovação, em sessão realizada no passado dia 9 de junho, das seguintes propostas: **a)** - "24 de Junho - Dia Um de Portugal - Atribuição de Medalhas Honoríficas"; **b)** - "Projeto de Dissolução e Liquidação da Sociedade "Avepark - Parque de Ciência e Tecnologia, SA., EM."; **c)** - "Aquisição de Serviço de Transporte de Alunos para o Ano Letivo 2014/2015 - Repartição de



Encargos"; **d)** - "Celebração de Contrato de Aquisição de Serviços na área da formação em teatro e animação de idosos durante 12 meses, 25 horas mensais para a formação e a dinamização de grupos de pessoas idosas voluntárias"; **e)** - "Regulamento Municipal Serviço Intervir e Ajudar - Pequenas Reparações Domésticas no Domicílio"; **f)** - "Novo Regulamento Interno do Parque de Campismo da Penha"; **g)** - "Concurso para Cargo Dirigente - Nomeação de Membros de Júri"; **h)** - "Associação para a Divulgação de Ciência em Guimarães em parceria com a Universidade do Minho - Aprovação dos respetivos Estatutos"; **i)** - "Delegação de Competências nas Freguesias - Contratos Administrativos"; **j)** - "Concessão de Apoios Municipais às Freguesias"; **k)** - "Fornecimento de Refeições em Refeitórios Escolares"; **l)** - "Fruta Escolar - Ano letivo 2014/2015 - Compromisso Plurianual"; **m)** - "Alteração de Trânsito na União das Freguesias de Selho S. Lourenço e Gominhães"; **n)** - "Alteração de Trânsito na Freguesia de Polvoreira". -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

**CÂMARA – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA
REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 2014.**

Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

**PROTÓCOLOS – ADESÃO DE NOVAS ENTIDADES AO
PROTÓCOLO GUIMARÃES 65 + - DECLARAÇÕES DE
COMPROMISSO – ADENDAS**

– Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Ação Social: "Na sequência da evolução do programa de prevenção do isolamento de pessoas idosas Guimarães 65+, decorrente da celebração do protocolo celebrado em 18 de Julho de 2013, e cujos termos foram aprovados em

reunião de Câmara de 11 de julho de 2013, os serviços de ação social deste Município foram abordados por três novas entidades que manifestaram o interesse em aderir ao protocolo, cedendo técnicos para assumir a função de gestores sociais no programa. As entidades que manifestaram este pedido de adesão foram o Centro Social Irmandade de S. Torcato, o Grupo Desportivo Recreativo Cultural " Os Mesmos" das Cancelas da Veiga e a União de Freguesias de Abação e Gémeos. Considerando que estes pedidos de adesão permitem o alargamento do número de gestores sociais e, por consequência, uma maior cobertura do apoio aos idosos sinalizados, apresenta-se para integração no programa Guimarães 65+ as entidades supramencionadas nos termos das Declarações de Compromisso que se apresentam em anexo, e que passarão a figurar como adenda ao protocolo." As Declarações de Compromisso dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PROTOSCOLOS - ALTERAÇÃO DO OBJETO DO SUBSÍDIO ATRIBUÍDO À CERCIGUI EM 2014 - 1º ADITAMENTO –

Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Ação Social: "Em reunião de Câmara de 20 de março de 2014 foi deliberado aprovar o apoio a 41 Instituições de solidariedade social, entre as quais a CERCIGUI (Cooperativa de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas), este último com um subsídio de €10.000,00 (dez mil euros) para a aquisição de uma viatura de 9 lugares. Na sequência desta deliberação, foi celebrado em 14 de Maio de 2014 um protocolo com a CERCIGUI (Cooperativa de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas), nos termos e em conformidade com o Regulamento nº 607/2010 de 15 de Julho. Contudo, no passado dia 3 de junho,



o Presidente desta instituição, Rui Carlos Pereira Leite, solicitou à Câmara Municipal a alteração do objeto deste subsídio de modo a que o subsídio atribuído pudesse ser aplicado em obras de remodelação dos edifícios. Considerando que foi emitida a declaração de cabimento nº 1606/2014 relativa ao valor total dos subsídios e que foi fundamentado e emitido o compromisso relativo à atribuição de subsídios às instituições a que reporta a deliberação de 20 de março e na qual esta instituição se inclui, propõe-se, ao abrigo do artigo 19º do regulamento 607/2010, a aprovação do pedido de alteração do objeto do subsídio, anexando um aditamento ao atual Protocolo, onde conste: – A alteração da Cláusula 1ª – Objeto, nos seguintes termos: O presente Protocolo tem por objeto (...), para o apoio a obras de remodelação dos edifícios. – A alteração da Cláusula 3ª, n.º 2 – Comparticipação, nos seguintes termos: A verba referida no número anterior será paga através de autos de medição e após informação prestada pelos Serviços do Departamento de Obras Municipais, e conforme disponibilidade financeira do Município.” A minuta do aditamento ao protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PROTOSCOLOS - ANPME - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS – Presente, para aprovação, um Protocolo de Colaboração a celebrar entre o Município de Guimarães e a Associação Nacional das Pequenas e Médias Empresas que visa a cooperação e o estreitamento das relações institucionais entre as Outorgantes, tendo como principal escopo a dinamização empresarial de todo o concelho, nomeadamente ao nível do emprego e empreendedorismo, cuja minuta se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ELEVADOR - E.B. 1 DO PINHEIRAL, CALDELAS - COMPROMISSO PLURIANUAL - Presente a seguinte proposta:

"De acordo com o preceituado no art.º 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), relativo aos compromissos plurianuais e à respetiva necessidade de autorização prévia da Assembleia Municipal, propõe-se submeter a aprovação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal a autorização para assunção do respetivo compromisso plurianual com a abertura de um procedimento para a aquisição do serviço de manutenção simples do elevador da E.B.1 do Pinheiral, Cadelas, estimando-se a despesa no valor de €600,00 acrescido de IVA à taxa legal em vigor, pelo prazo de 1 ano, com início em 1 de setembro de 2014, sendo que no ano de 2014 corresponde a 200,00€ e no ano de 2015 corresponde a 400,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor."

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS: CONSULTADORIA NO ÂMBITO DAS CANDIDATURAS DO HORIZONTE 2020 - Presente a seguinte

informação da Chefe da Divisão de Contratação Pública e Gestão de Financiamentos: "**1. Objeto:** Aquisição de serviços: Consultadoria no âmbito das Candidaturas do Horizonte 2020. **2.**

Considerandos: O Horizonte 2020 - Programa-Quadro Comunitário de Investigação & Inovação, com um orçamento global superior a 77 mil milhões de euros para o período 2014-



2020, é o maior instrumento da Comunidade Europeia especificamente orientado para o apoio à investigação, através do cofinanciamento de projetos de investigação, inovação e demonstração. A Comissão Europeia destinou um total de 2 mil milhões dos quais 92 milhões serão para apoiar projetos na área das "*Smart Cities and Communiti*", 359 milhões para energia de baixo carbono competitiva e 98 milhões para iniciativas na eficiência energética. O Horizonte 2020 é vital para o futuro da investigação e da inovação na Europa e vai contribuir para o crescimento, a criação de emprego e uma melhor qualidade de vida. Neste sentido é possível potenciar o crescimento contínuo e sustentável para Guimarães, recorrendo ao "networking" como uma plataforma de internacionalização, tendo como recurso financeiro o Horizonte 2020. A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requer conhecimentos e formação especializados e experiência em preparação, submissão e coordenação de projetos europeus; De acordo com informação do Departamento de Recursos Humanos não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao atual quadro de pessoa; Nos termos e para os efeitos previstos no art.º 4.º da Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro, foi consultada a Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), tendo sido confirmada a inexistência de trabalhadores em situação de requalificação aptos a suprir as necessidades identificadas; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril e dos n.ºs 4 e 11 do art.º

73.º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro (LOE 2014), a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é Consultadoria no âmbito das Candidaturas do Horizonte 2020; b) A despesa anual estima-se em €17.070,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 020214, correspondente ao ano de 2014. Cabimento n.º 3063/2014; d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste direto, nos termos da alínea a) do art. 20.º do Código dos Contratos Públicos, contratando-se a Pro 2B, Consultoria e Gestão de projetos Ltd., conforme fundamentação constante da informação em anexo. e) Não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. f) A entidade a contratar tem regularizadas as suas obrigações fiscais e com a segurança social.” A referida fundamentação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Paula Oliveira, André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Soeiro e Ricardo Araújo. Votou contra o Vereador José Torcato Ribeiro. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – SISTEMA DE GESTÃO DE QUALIDADE –

Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Modernização Administrativa e da Qualidade, em regime de substituição: “**1. Objeto:** O objeto do contrato é a assessoria técnica, por um prazo de 36 meses, para implementação,



manutenção e extensão do âmbito do sistema de gestão de qualidade do Município de Guimarães e consiste no desenvolvimento de um conjunto de ações de consultoria e formação, de forma a proporcionar uma eficiente conceção e implementação do SGQ de acordo com os requisitos decorrentes da norma NP EN ISSO 9001, bem como a realização de auditorias internas ao sistema, devendo o prestador manter contacto regular e realizar reuniões de trabalho, quer com a Câmara Municipal de Guimarães, quer com as entidades externas ao Município sempre que consideradas necessárias. **2. Considerandos:** Em 2006, o Município de Guimarães considerou fundamental apostar num modelo de Gestão pela Qualidade tendo em vista uma maior eficiência dos Serviços e, conseqüentemente, o aumento da satisfação dos seus utentes face aos serviços prestados. Considerando a complexidade e dimensão da estrutura orgânica da autarquia, considerou-se adequado optar por uma implementação faseada do Sistema de Gestão da Qualidade, iniciando-se por dois departamentos estratégicos, o Financeiro, cujos clientes são essencialmente clientes internos, e a Gestão Urbanística com maior impacto junto dos clientes externos – os cidadãos. Desde então, o âmbito do SGQ tem sido objeto de sucessivas extensões, abrangendo atualmente as atividades desenvolvidas nas seguintes Unidades/Subunidades Orgânicas: Departamento Financeiro; Departamento de Obras Municipais; Departamento de Administração Geral (exceto Divisão Jurídica); Departamento de Urbanismo e Promoção do Desenvolvimento Económico (exceto Divisão de Desenvolvimento Económico); Divisão de Recursos Humanos; Divisão de Arquivos; Divisão de Trânsito e Espaço Público; Polícia Municipal e Serviços de Metrologia; • Refira-se que se encontra em curso a extensão do

âmbito do SGQ ao Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente, e demonstraram já vontade de aderir ao Sistema as divisões de Ação Social, de Educação e Biblioteca Raúl Brandão. Deste modo, para que se abranja a totalidade dos serviços restaria intervir nas seguintes unidades/subunidades orgânicas: Departamento de Cultura, Turismo e Juventude; Divisão de Fiscalização; Divisão de Desenvolvimento Económico e Divisão Jurídica; Encontrando-se aprovada, ao nível da CIM do Ave, uma candidatura ao SAMA2 (Sistema de Apoios à Modernização Administrativa), na qual está previsto o enquadramento de projetos de Implementação de Sistemas de Gestão da Qualidade e de reengenharia de processos, crê-se que seria de todo o interesse aproveitar esta oportunidade para estender a todos os serviços o âmbito do SGQ implementado no Município. Deste modo, torna-se necessário desenvolver um conjunto de tarefas que implicam conhecimentos e formação especializados e experiência no que respeita à implementação e manutenção de Sistemas de Gestão da Qualidade, bem como em auditorias da qualidade. De acordo com informação do Departamento de Recursos Humanos não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao atual quadro de pessoal nem com recurso a recrutamento em tempo útil; Nos termos e para os efeitos previstos no art.º 4.º da Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro, foi consultada a Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), tendo sido confirmada a inexistência de trabalhadores em situação de requalificação aptos a suprir as necessidades identificadas (Pedido nº 1637); Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º,



do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril e dos n.ºs 4 e 11 do art.º 73.º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro (LOE 2014), a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: **a)** O objeto do contrato é a assessoria técnica, por um prazo de 36 meses, para implementação de um Sistema de Gestão de Qualidade que consiste no desenvolvimento de um conjunto de ações de consultoria e formação, de forma a proporcionar uma eficiente conceção e implementação do SGQ de acordo com os requisitos decorrentes da Norma NP EN ISSO 9001, bem como a realização de auditorias internas ao sistema, devendo o prestador manter contacto regular e realizar reuniões de trabalho, quer com a Câmara Municipal de Guimarães, quer com as entidades externas ao Município sempre que consideradas necessárias; **b)** O valor do contrato estima-se em €59 000,00 (cinquenta e nove mil euros), repartido por 36 meses, com início em Julho de 2014, num valor mensal de €1639,00 (mil seiscientos e trinta e nove euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, correspondendo: a. €8.195,00 ao ano de 2014 (Julho a Dezembro); b. €19.668,00 ao ano de 2015; c. €19 668,00 ao ano de 2016 e d. €11.470,00 ao ano de 2017 (Janeiro a Julho). **c)** A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 02020220, correspondente ao ano de 2014. **d)** O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste direto ao abrigo da al. a) do n.º 1 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, diploma que aprovou o Código dos Contratos Públicos, contratando-se, para o efeito a empresa "XZ - Consultores, S.A., entidade cujo trabalho é já do conhecimento desta Câmara, nomeadamente porque é esta a entidade que tem vindo a acompanhar a implementação e

manutenção do respetivo Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), com os resultados positivos que se lhe reconhecem. **e)** Não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como dos respetivos cônjuges, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. **f)** A entidade a contratar tem regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social. **g)** - Por último, conforme determinado no artigo 6.º, n.º 1, al. c) da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, mais se propõe seja submetida a aprovação da Assembleia Municipal a autorização para assunção de compromisso plurianual respeitante à despesa que resulta da presente aquisição de serviços, repartida da seguinte forma: **Ano de 2014 (julho a dezembro)** - €8.195,00; **Ano de 2015** - €19.668,00; **Ano de 2016** - €19.668,00; **Ano de 2017 (janeiro a julho)** - €11.470,00.”

DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Paula Oliveira, André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Soeiro e Ricardo Araújo. Votou contra o Vereador José Torcato Ribeiro. -----

PATRIMÓNIO - COMODATO - LOJA SITA NA RUA DE S. TIAGO, Nº 657, FREGUESIA DE RONFE – Presente a seguinte informação dos Serviços da Divisão de Património Municipal: “Como é do conhecimento superior, o Posto de Animação de Leitura de Ronfe encerrou a sua atividade no mês de Abril de 2013 em virtude de não ter atingido os níveis de frequência justificativos do investimento financeiro e humano ali efetuados. Pretendendo a Junta de Freguesia de Ronfe desenvolver naquele espaço um projeto integrador de âmbito cultural, recreativo e



social que vá de encontro às necessidades dos seus habitantes, vem solicitar a cedência das referidas instalações, bem como de todo o equipamento, mobiliário e fundos documentais ali existentes. A Divisão de Bibliotecas entende ser de deferir a pretensão pois acredita na visão, empenhamento e potencial humano daquela Autarquia para transformar o equipamento numa mais-valia para a qualificação da população local. Deste modo, em caso de concordância superior, deverá ser celebrado um contrato de comodato, com vista a satisfazer as necessidades da Junta de Freguesia de Ronfe e demais população, tendo aquela Autarquia pronunciado favoravelmente quanto ao teor da minuta. Assim, ao abrigo da alínea o), nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, deverá ser submetida a deliberação de Câmara a cedência, à Freguesia de Ronfe, do equipamento constante da listagem em anexo, bem como do prédio sito na de S. Tiago, nº 657, da freguesia Ronfe, que constitui a fração autónoma "B" do prédio descrito na Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóveis de Guimarães sob o nº 00577/090992 e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 1650, mediante a celebração de um contrato de comodato, conforme minuta que se anexa, onde ficarão a constar os direitos e obrigações de ambas as partes. À consideração superior." A minuta do contrato de comodato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Soeiro e Ricardo Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto:** "Os vereadores da coligação PSD/CDS-PP votam favoravelmente este ponto, mas não deixam de condenar o facto de esta proposta só agora merecer a aprovação do município, uma vez que, a Junta de

Freguesia já desde 2013 havia manifestado a intenção de reabrir esse espaço, solicitando a sua cedência à Câmara Municipal. Referimos ainda que, depois do Posto ter sido fechado, em 2013, a Câmara apontava como principal causa para a não abertura a falta de um quadro técnico especializado. O posto foi encerrado temporariamente e quando a junta propôs à camara a cedência do espaço, a Câmara respondeu isto "implicará o encerramento definitivo do Posto de Animação de Leitura o que não é de toda a nossa vontade". Ou seja, a Câmara Municipal, em 2013, responde às sucessivas tentativas de Junta de Freguesia em manter o posto aberto ou então de obter a cedência do espaço para a sua dinamização sem encargos da Câmara Municipal, assumidos pela Junta, de forma negativa pelo facto de, por um lado, não dispor de um técnico especializado e, por outro, pela pretensão de manter em funcionamento o Posto de Animação de Leitura e, por isso, não ceder o espaço para outros fins. Em face do exposto, os vereadores da Coligação PSD/CDS questionam o motivo desta mudança, tendo em conta que, o único facto que alterou, do ano passado para este ano, foi a liderança da Junta de Freguesia, uma vez que, em 2013 era liderada pelo Partido Social Democrata e, neste momento, pelo Partido Socialista. Não nos parece que a Câmara deva tomar decisões em função do sujeito que apresenta a proposta, mas em função do conteúdo da mesma." -----

RECURSOS HUMANOS – SUBSISTEMA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DAS UNIDADES ORGÂNICAS (SIADAP 1) - 2013 – Presente a seguinte proposta: "1. Nos termos da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, aplicada à Administração Local por força do Decreto-Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de setembro, nos Municípios são sujeitas a avaliação de desempenho as unidades orgânicas que dependem diretamente dos membros



do órgão executivo. 2. Cada membro do órgão executivo avalia as unidades orgânicas que superintende, sendo que a avaliação se expressa nas seguintes menções: • Desempenho bom: se atingiu todos os objetivos, superando alguns; • Desempenho satisfatório: se atingiu todos os objetivos ou os mais relevantes; • Desempenho insuficiente: se não atingiu os objetivos mais relevantes. 3. Nos termos do n.º 3 do artigo 12.º do Decreto-Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de setembro, compete à Câmara Municipal ratificar a avaliação das unidades orgânicas atribuídas pelo membro do órgão executivo de que dependam. 4. Nestes termos, propõe-se que sejam ratificadas as avaliações de desempenho atribuídas pelos membros do órgão executivo: a) Presidente da Câmara – Domingos Bragança: • **Departamento de Administração Geral**: Desempenho bom; • **Departamento de Obras Municipais**: Desempenho bom. b) Presidente da Câmara – Domingos Bragança e Vereador – Amadeu Portilha: • **Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística**: Desempenho satisfatório. c) Vereador – Amadeu Portilha: • **Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente**: Desempenho bom. d) Vereador – Amadeu Portilha e Vereadora – Paula Oliveira: • **Departamento de Polícia Municipal**: Desempenho bom. e) Vereador – Amadeu Portilha e Vereador – José Manuel Bastos: • **Divisão de Relações Públicas e Turismo**: Desempenho bom. f) Vereadora – Adelina Pinto: • **Departamento de Educação, Cultura, Biblioteca e Arquivo**: Desempenho bom; • **Divisão de Recursos Humanos**: Desempenho satisfatório. g) Vereador – José Manuel Bastos: • **Divisão do Centro Histórico**: Desempenho bom. h) Vereador – Ricardo Costa: • **Departamento Financeiro**: Desempenho bom. i) Vereadora – Paula Oliveira: • **Divisão de Ação Social**:

Desempenho bom. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

RECURSOS HUMANOS - ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA RECRUTAMENTO DE TÉCNICOS QUE ASSEGUREM AS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NO 1.º CICLO DE ENSINO BÁSICO – Presente a

seguinte proposta: “**1.** O Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho, comete aos municípios atribuições e competências em matéria de educação, nomeadamente quanto às atividades de enriquecimento curricular no 1º ciclo do ensino básico. O contrato de execução n.º 204/2009, celebrado entre o Ministério da Educação e o Município de Guimarães em 16 de setembro de 2008, definiu as condições de transferência dessas atribuições, determinando-se, na cláusula 3.ª, que o município assume a competência de implementação das atividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico, sem prejuízo da responsabilidade do Ministério da Educação quanto à tutela pedagógica, orientações programáticas e definição do perfil de formação e habilitação dos professores. **2.** De acordo com o determinado no Despacho n.º 9265-B/2013, caso o agrupamento de escolas, não sendo entidade promotora, disponha de recursos docentes de quadro para a realização de uma ou mais AEC, após cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 8.º do Despacho Normativo n.º 7/2013, de 11 de junho, estabelece protocolo com a entidade promotora no sentido de estes serem obrigatoriamente afetos àquelas AEC. Nas situações em que não seja possível promover as AEC com os recursos do agrupamento, as entidades promotoras – neste caso, o município - procedem ao recrutamento e contratação dos respetivos profissionais. Consultadas as direções dos agrupamentos de escolas do concelho, fomos informados que,



sendo embora ainda prematuro indicar com precisão o número exato de técnicos cujo recrutamento pelo município virá a ser necessário, não lhes será possível apresentar recursos docentes próprios para assegurar todas as AEC. De modo a garantir que os técnicos responsáveis são contratados atempadamente, prontos a iniciar funções com o início do ano escolar, é essencial tomar desde já as medidas necessárias ao desencadear do processo de recrutamento. **3.** Nos termos do disposto no artigo 64.º da Lei do Orçamento de Estado para 2014 (aprovado pela Lei n.º 83-C/2014, de 31 de dezembro), é permitida nas autarquias locais, a título excecional, a abertura de procedimentos concursais destinados a candidatos que não possuam uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, mediante autorização do órgão deliberativo, sob proposta do órgão executivo, para o que se apresenta a seguinte fundamentação: a) O recrutamento de técnicos para as Atividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo de Ensino Básico é imprescindível para assegurar o cumprimento de obrigações de serviço público consagradas no referido Decreto-Lei n.º 144/2008, bem como como no Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, que aprovou os princípios orientadores da organização e gestão dos currículos dos ensinos básico e secundário; b) Para assegurar essas necessidades, o Decreto-Lei n.º 212/2009, de 3 de setembro, prevê a celebração pelos municípios de contratos de trabalho a termo resolutivo, que caducam necessariamente no termo do ano escolar a que respeitam; ora, a probabilidade de existirem candidatos com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado interessados em perder o vínculo que possuem para ocupar o referido posto de trabalho é praticamente nula. Assim, tendo em conta os princípios de racionalização,

eficiência e economia de custos que devem presidir à atividade municipal, prevê-se desde já a necessidade desse recrutamento excecional, sem prejuízo de serem observadas as prioridades no recrutamento previstas no artigo 6.º da lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, bem como no artigo 49º da Lei do Orçamento de Estado para 2014. c) O Município de Guimarães tem cumprido integralmente os deveres de informação previstos na Lei das Finanças Locais e na Lei n.º 57/2011 e, em matéria de controlo e redução do número de efetivos, o artigo 62.º da Lei do Orçamento de Estado expressamente exceciona o pessoal necessário para o exercício de atividades objeto de transferência ou contratualização de competências da administração central para a local no domínio da educação. **4.** No mapa de pessoal de 2014 estão previstos 180 postos de trabalho para as funções descritas, estando a correspondente verba prevista no orçamento municipal. **5.** Nestes termos, propõe-se seja submetida a aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, **a autorização de abertura de procedimento concursal para recrutamento, na modalidade de contrato a termo resolutivo, de até 150 técnicos para assegurarem as atividades de enriquecimento curricular do 1.º ciclo do ensino básico no ano letivo de 2014/2015,** para as áreas de Inglês, Atividade Física e Desportiva e Projeto +2, Aprendizagem de Artes Performativas (Teatro e Dança), Terapia da Fala e Psicomotricidade, de acordo com as necessidades identificadas pelos agrupamentos de escolas.” **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos e Paula Oliveira. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria



Helena Soeiro, Ricardo Araújo e José Torcato Ribeiro. -----

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Soeiro e Ricardo Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto:** "Os vereadores da coligação PSD/CDS-PP apresentaram, recentemente, uma proposta de alteração da entidade proponente das atividades de enriquecimento curricular por considerarem que a mesma, ao ser aprovada, daria resposta a um problema que subsiste há vários anos e que, neste ano letivo em particular, assumiu proporções inaceitáveis pelos prejuízos pedagógicos e financeiros que acarretou para os alunos do concelho de Guimarães e para as suas famílias. Em mais que uma ocasião, os vereadores da coligação PSD/CDS manifestaram a sua preocupação com este problema e solicitaram a atenção deste executivo camarário para a necessidade urgente de encontrar uma solução que, definitivamente, pudesse acabar com a situação de desvantagem em que os nossos alunos, ano após ano, são colocados face aos dos concelhos vizinhos. Em coerência com a posição que reiteradamente temos assumido, não podemos ser favoráveis à Abertura de Procedimento Concursal para Recrutamento de Técnicos que assegurem as Atividades de Enriquecimento Curricular no 1º ciclo do Ensino Básico, uma vez que a mesma se insere no modelo que a Câmara Municipal de Guimarães, apesar das repetidas evidências de ineficácia, persiste em dar continuidade. No entanto, e uma vez que a proposta que apresentámos foi rejeitada, estamos cientes de que será este o modelo a vigorar no próximo ano letivo, pelo que não podemos manifestarmo-nos contra o recrutamento de técnicos para as AEC, uma vez que o mesmo é imprescindível ao funcionamento destas atividades nos moldes em que serão promovidas. Neste enquadramento, e sempre na expectativa do superior interesse

dos nossos alunos, abstenho-nos na votação deste ponto da agenda.” -----

AÇÃO SOCIAL - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO – MAIO DE 2014

Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Ação Social: “Por deliberação de 20 de dezembro de 2013 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com caráter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos. Importa assim, submeter a ratificação os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa que se anexa.” O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**

AÇÃO SOCIAL - SUBSÍDIO DE DESLOCAÇÃO PARA PESSOAS CARENCIADAS COM DEFICIÊNCIA - TRANSPORTE PARA O CENTRO DE ATIVIDADES OCUPACIONAIS DA AIREV -

Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Ação Social: “Foi solicitado à Câmara Municipal apoio financeiro para a deslocação diária de sete jovens com deficiência, residentes em várias freguesias de Guimarães, ao Cento de Atividades Ocupacionais da Associação para a Integração e Reabilitação Social de Crianças e Jovens Deficientes de Vizela (AIREV). O estudo socioeconómico comprovou tratar-se de agregados familiares economicamente desfavorecidos, apresentando-se alguns dados da caracterização socioeconómica: -----

Identificação do Processo	Idade	Sexo	Rend. P/Capita	Grau de Incapacidade
223943363/14 – Selho S. Jorge	24	M	191,54	98%



Identificação do Processo	Idade	Sexo	Rend. P/Capita	Grau de Incapacidade
235791342/14 – Pinheiro	19	M	105,63	94%
243356749/14 – Urgeses	24	M	157,75	90%
245317856/14 – Vermil	19	M	111,59	98%
245599630/14 – S. Torcato	20	M	258,59	76%
247525600/14 – Pinheiro	23	M	215,67	84%
261813978/14 – Urgeses	19	F	237,12	Sínd. de Down

Face ao exposto, e tendo-se verificado não existir um programa específico para este efeito na Segurança Social, de acordo com carta recebida em 04/04/2014, e podendo ser concedido a estes jovens um apoio financeiro ao abrigo da alínea v) do nº 1 do artigo 33 do Anexo I da lei n.º 75/2013 de 12 de setembro que confere atribuição às autarquias para participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade nas condições constantes de regulamento municipal, propõe-se, ao abrigo do art.º 30 do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, a concessão de um apoio àqueles jovens, através da assunção do serviço de transporte adaptado, cujo valor anual estima-se em €7.971,48 (sete mil novecentos e setenta e um euros e quarenta e oito cêntimos), a que corresponde um custo mensal de €1.328,58 (mil trezentos e vinte e oito euros e cinquenta e oito cêntimos), que lhes possibilite deslocarem-se de suas casas para o centro de reabilitação da Associação para a Integração e Reabilitação Social de Crianças e Jovens Deficientes de Vizela (AIREV), de 1 de Julho até 31 de Dezembro de 2014.” **DELIBERADO APROVAR POR**

UNANIMIDADE. -----

AÇÃO SOCIAL - CENTRO SÓCIO CULTURAL E DESPORTIVO DE SANDE S. CLEMENTE – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO –

Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Ação Social: “No seguimento do processo de atribuição de subsídios a instituições de solidariedade social no ano de 2014, apresenta-se

para aprovação a proposta de um subsídio ao Centro Sócio Cultural e Desportivo de Sande S. Clemente, ao abrigo do Regulamento n.º 607/2010 de 15 de Julho - Regulamento de Apoio às Instituições de Solidariedade Social, destinado ao pagamento de licenças de obras de ampliação para a residência de pessoas idosas e remodelação de espaços comuns, no valor de €700,59. A instituição em apreço cumpre os requisitos expressos no artigo 6º do Regulamento supramencionado e desenvolve um trabalho de grande utilidade para os cidadãos, tendo o seu projeto sido analisado de acordo com os critérios expressos nos artigos 10º e 11º do regulamento em vigor. De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 12º do Regulamento n.º 607/2010 de 15 de Julho, propõe-se a atribuição do subsídio requerido pelo Centro Sócio Cultural e Desportivo de Sande S. Clemente, cabimentado com o nº 3035/2014 e com requisição externa n.º 3427/2014.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

CULTURA - CENTRO SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVO DE SILVARES, IPSS - OFERTA DE BANDEIRA – Presente a seguinte proposta: “O Centro Social, Cultural e Desportivo de Silvares, Instituição Particular de Solidariedade Social, solicitou a cedência a título definitivo de uma bandeira do Município de Guimarães. Informa-se que existe nos Serviços uma bandeira do Município disponível para este efeito, cujo custo atual se estima em 88,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Nesta conformidade, proponho a oferta de uma bandeira do Município à referida Instituição.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ATA EM MINUTA. -----

PELAS ONZE HORAS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR



CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES

ATA Nº 13 - Fls. _____
REUNIÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 2014

**ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE
LAVROU A PRESENTE ATA. -----**